

TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM DEPUTADO FEDERAL JOSEENSE: JOAQUIM BEVILACQUA

Celisa Anderaos Medeiros Bevilacqua, Valéria Zanetti de Almeida

Introdução

A proposta desta pesquisa é realizar um levantamento de documentos que fazem parte do acervo da Câmara dos Deputados e Assembléia Nacional Constituinte, bem como de artigos constantes em obras de alguns autores sobre a trajetória de um político.

Propõe-se a divulgar fatos políticos e históricos pouco conhecidos pelos moradores da cidade de São José dos Campos, por meio da trajetória do deputado federal Joaquim Bevilacqua.

Objetivo geral

Levantar a trajetória política de Joaquim Bevilacqua em duas legislaturas como Deputado Federal (mandatos de 1975 a 1978 e 1987 a 1988). Destacar a importância do trabalho do primeiro candidato joseense à Câmara Federal em Brasília.

Objetivos específicos

- Apresentar projetos de cunho social e trabalhista desenvolvidos por Bevilacqua em prol da sua cidade natal, bem como de todo o Vale do Paraíba à comunidade de São José dos Campos.
- destacar a sua atuação política numa época em que a ditadura militar imperava no Brasil após o golpe de 1964;
- traçar um paralelo entre sua atuação legislativa e como Prefeito de São José dos Campos em 1978, durante a recuperação da autonomia política do município, que era administrado por interventores por ser considerado “estância hidromineral”;
- expor sua ação política, através dos projetos de lei, pareceres e discursos;
- investigar sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, assim como o seu desempenho na Comissão de Sistematização e no Grupo dos 32.

Justificativa

Esta pesquisa se justifica por registrar atos e fatos decorrentes da atuação política de

Joaquim Bevilacqua, por se tratar de um filho de São José dos Campos.

Pretende-se, através da exposição de um material histórico de cunho político permitir às pessoas refletirem sobre a necessidade e a importância de um conjunto de obras, acontecimentos e ações políticas da história administrativa da cidade.

Metodologia

A metodologia consiste em pesquisas de arquivo pessoal, na *Internet* (site: www.camara.gov.br), no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados em Brasília – DF e anais da Câmara dos Deputados no período de 1975 a 1978.

As informações são baseadas nas fontes primárias do acervo particular de Joaquim Bevilacqua, bem como em dados coletados de acervos de instituições públicas.

Além das fontes impressas, há o apoio da História Oral como ferramenta para o desenvolvimento dos dados obtidos através de entrevista com o biografado e com pessoas que possam contribuir com suas memórias, objetivando a melhor compreensão dos fatos ocorridos no período enfocado.

Discussão bibliográfica

Ana Beatriz Nader, em **Semeadores da Democracia** (Autênticos do MDB, 1998, p.189) afirma que “o essencial para a história oral da vida é constatar riquezas e não provar sua veracidade”. As bases do seu trabalho são

as entrevistas ricas em detalhes, fatos interessantes, curiosos e, muitas vezes, inéditos para quem não viveu a política da época.

Porém, a leitura e releitura do texto de Ana provocam uma espécie de frustração, como se fosse necessário ler uma segunda parte da obra. Os relatos são restritos a um pequeno grupo de deputados que se intitulavam opositores e resolveram assinar um documento. Nota-se que o desenrolar desse episódio foi significativo para a oposição, mas para sua continuidade seria imprescindível o estudo dos Anais da Câmara dos Deputados, bem como o convívio diário com eles (1972 a 1978 - 1987 a 1988).

O Grupo dos Autênticos foi maior e mais importante do que o demonstrado naquele tempo, pois houve desdobramentos. Os que não assinaram aquele documento, ao contrário do que se possa pensar, tiveram significativa atuação parlamentar e travaram grande luta contra a ditadura.

O grupo inicial foi o embrião de um movimento que ganhou força em novembro de 1974, quando o povo revolucionou o cenário político nacional ao eleger vários jovens opositores e mandar para casa um jurássico grupo acomodado, principalmente do Senado, onde a velha oligarquia nordestina deu lugar a inquietos senadores como Marcos Freire do MDB de Pernambuco.

Pelo exposto, constata-se que o trabalho da autora é incipiente e precário. Com relação à fonte de consulta, pode-se afirmar a falta de amplitude e qualidade da pesquisa, ou seja, ela pesquisou pouco.

É inadmissível qualificar um grupo de parlamentares sem uma ampla consulta prévia nos Anais do Congresso Nacional e, nesse caso, apenas a história oral não basta.

Já a Prof^a Dr^a Simone Narciso Lessa, em sua Tese **Planejamento e Construção do Pólo Regional de São José dos Campos**, afirma que “para tratarmos da história do município devemos levar em conta sua formação sócio-espacial. A construção da cidade e as correlações de forças que participaram desse processo dinâmico foram compondo o horizonte que buscamos”. Porém, a tese de que o desenvolvimento de São José se deu em dois períodos ditatoriais consecutivos, não deve ser considerada inteiramente correta.

O marco inicial foi, realmente, a fase sanatorial, grande parte dela ocorrida sob a ditadura Vargas, quando a cidade recebeu o título de estância climática e, por isso, teve vários prefeitos nomeados.

Recuperada a autonomia, no início da expansão industrial (décadas de 1950 e 1960), São José dos Campos passou por um breve período de política democrática, com prefeitos eleitos e alternância no poder local, até o advento do golpe militar. Aí sim, surgiu a grande mentira: estância hidromineral, eufemismo para encobrir a verdadeira zona de segurança nacional em que se transformava (sob a visão ditatorial), pois ela já sediava os complexos industrial, militar e tecnológico com o envolvimento de setores sensíveis aos interesses militares. Os prefeitos voltaram a ser nomeados com a interferência mal disfarçada dos pólos militares da região (Exército em Caçapava e Aeronáutica no CTA - São José). Maiores detalhes sobre essa fase política constarão do Trabalho de Conclusão de Curso.

A autora está certa quando destaca a importância da fase sanatorial, sua influência no setor terciário, no desenvolvimento de novos serviços e tecnologias. Novas práticas no tratamento da tuberculose e a implantação progressiva do moderno Parque Industrial a partir da década de 50 aceleraram a transformação da cidade sanatório para cidade indústria.

No entanto, o verdadeiro crescimento político/social de São José se deu a partir de recuperação da autonomia em 1978. Com a alternância plural de poder, foram implantadas diversas políticas públicas de caráter democrático (orçamento participativo, eleições diretas nos distritos, ação efetiva das SABs, clubes de serviços, programas de apoio ao idoso e ao menor; políticas habitacionais, entre outras), pode-se dizer que teve início o crescimento voltado ao lado social.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) foi fundado, em 19/12/1983, para atuar em defesa da classe trabalhadora junto ao Congresso Nacional e demais poderes da República com o objetivo de transformar suas reivindicações predominantes e consensuais em normas legais.

Durante os dois anos de atividades da Assembléia Nacional Constituinte, o DIAP

realizou um trabalho de assessoria e apoio aos constituintes. Proclamada a “Constituição Cidadã”, na publicação **Quem Foi Quem na Constituinte, na questão de interesses dos trabalhadores** (1988, p.615), observa-se um retrato fiel da constituinte, ou seja, uma análise detalhada do trabalho desenvolvido, inclusive com notas atribuídas aos 559 parlamentares (487 Deputados e 72 Senadores).

A análise dos itens votados proporcionou a verificação da constância do trabalho e da presença em Plenário dos parlamentares durante as discussões e votações. Concluiu-se que, dos 559 políticos, apenas 64 obtiveram a nota máxima (dez) e, entre eles, estava o Deputado Joaquim Bevilacqua.

Esse levantamento do DIAP trás também uma reduzida biografia do constituinte e um comentário equivocado sobre sua atuação, mencionando que o Deputado Joaquim Bevilacqua sempre votou pelas emendas que favoreciam os trabalhadores, pois estava “de olho na Prefeitura de São José dos Campos”. Detalhes da entrevista realizada com o deputado farão parte do TCC.

No entanto, documentação existente na Câmara dos Deputados comprova que, em sua primeira legislatura, o Deputado Federal apresentou 126 proposições ou projetos de lei e apenas 08 não tinham cunho social ou trabalhista, ou seja, sua posição política se manteve inalterada.

O autor Kurt Rudolf Mirov, na **Ditadura dos Cartéis - Anatomia de um Subdesenvolvimento** (1978, p. 252), explica que a “CPI das Multacionais foi um dos melhores momentos de afirmação do Congresso Nacional – em particular da Câmara dos Deputados - durante o regime militar (a partir de 1964)”. Presidida por Alencar Furtado (MDB/PR), transformou-se num grande fórum de debates sobre os rumos da economia, o início da globalização e os efeitos perversos – às vezes criminosos – da desnacionalização.

A participação do Deputado Joaquim Bevilacqua (MDB/SP), vice-líder da oposição, foi intensa e decisiva na formulação de Projetos como o de Reformulação do Conselho de Defesa Econômica (CADE) e Defesa do Empregado Inventor.

A citação feita por Kurt Mirov reafirma a importância da participação de Joaquim Bevilacqua na trincheira de defesa da economia nacional. Enfim, destaca a decisiva atuação do parlamentar joesense nesse importante episódio da história recente do Brasil.

Não por acaso, o decano dos jornalistas da Câmara – o culto e erudito Gerardo de Melo Mourão – o incluiu entre os dez melhores deputados da legislatura. Além disso, o respeitado jornalista Alberto Dines lhe dedicou consagrada crônica no jornal “Folha de São Paulo”.

Em “**A Fecundidade da História Oral**”, Etienne François estimula as pessoas a refletirem sobre a natureza e a importância desse tipo de conhecimento, mediante pesquisas e experimentos realizados na França, Alemanha e Áustria.

Há os que sustentam ser uma “outra história”, defensora de uma seqüência de ações inovadoras com atenção especial aos dominados, silenciosos e excluídos: a história do cotidiano, da vida privada e local, enraizada em seus objetos e práticas, livre e emancipadora em ruptura com o academicismo institucional.

A autora sustenta pensamento contrário, ancorada em historiadores modernos como o francês Daniel Roche e o germano-suíço Arthur E. Imhof que afastam a tese de “história diferente” ou “frente pioneira” da pesquisa histórica.

Lutz Niethammer defende a idéia de uma “ciência auxiliar” que está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga. Porém, essa idéia é combatida por muitos que se amparam, por exemplo, nas pesquisas de Philippe Joutard. O francês demonstra que a história antiga também pode tirar proveito das tradições orais, da memória e do legendário histórico.

A autora cita duas pesquisas sobre o nazismo. Uma publicada em Munique, sobre a Baviera nazista, realizada a partir de arquivos escritos e fontes impressas. A outra sobre grupos sociais do Ruhr (1930 a 1969), na qual a história oral foi priorizada. A última, por preceder de baixo para cima, foi muito mais renovadora e inovadora segundo Etienne.

A história oral suscita novos objetos e documentos e estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história, diferentes daquela mantida com documentação inanimada. Portanto, trata-se de um processo muito rico e que pode representar um verdadeiro salto qualitativo se utilizado com conhecimento de causa.

Em “**Prática e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea**”, de Jorge Eduardo Aceves Logano, pode-se distinguir a história oral como um procedimento para a construção de novas fontes de pesquisa, com base em depoimentos colhidos sistematicamente em averiguações específicas sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos.

No contexto mexicano, influenciado pela experiência norte-americana e de alguns países europeus, a prática da história oral apresenta, entre outros, dois grandes estilos de ação. Ambos, em princípio, compreendem tarefas similares: a constituição de arquivos ou fontes orais (embora utilizados de forma diferente). Cada um pode ser subdividido em dois tipos de resultado: A “Faceta técnica”, com duas variantes, o “arquivista-documentalista” e “difusor-populista” e a “Faceta metódica” com o “reducionista” e o “analista completo”.

As variantes da faceta técnica têm aspecto empírico, pragmático por princípio, maiores pretensões científicas ou acadêmicas. As variantes estilísticas da faceta metódica, ao contrário, tendem à postura abstrata, com interesses explícitos na conceituação e reflexão teórica.

Enfim, como acontece em outras questões mais vitais, aprende-se melhor a história oral experimentando-a, praticando-a, sistemática e criticamente, com a disposição de refletir e voltar atrás para melhorar o desempenho. O estilo mais simples e direto não é o mais adequado como se vê nessa análise.

Bibliografia

Fontes primárias:

Anais da Câmara dos Deputados (1975 a 1978) e da **Assembléia Nacional Constituinte** (1987 a 1988);

DINES, Alberto. **O Diálogo de Bevilacqua**. Jornal A Folha de São Paulo. 04/09/1977. p.02;

Fontes secundárias:

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Getúlio Vargas. 8.ª ed. 2006;

BARROS, José D’Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História – Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2005;

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Quem foi Quem na Constituinte**. São Paulo/SP: Cortez. 1.ª ed. 1988. p.615;

FURTADO, José Alencar. **Salgando a Terra**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra. 1.ª ed. 1977. p.114;

LESSA, Simone Narciso. **Planejamento e Construção do Pólo Regional de São José dos Campos**. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFHC) da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), sob a orientação da Profª Drª. Maria Stella Martins Brescianni. www.anpush.org.br/downloads/cd. 2001.

MIROV, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis – Anatomia de um Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira. 2.ª ed. 1978. p.252;

MONTEIRO, Luiz Alencar. **O Congresso sem Protocolo**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. 1.ª ed. 1979. p.49;

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB – Semeadores da Democracia**. São Paulo/SP: Paz e Terra. 1988. p.189;

Separatas:

BEVILACQUA, Joaquim. **Em defesa do regime federativo**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1975;

BEVILACQUA, Joaquim. **I- Em defesa da autonomia municipal e II- Em defesa da economia nacional**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1975;

BEVILACQUA, Joaquim. **Álcool Nacional X Petróleo Estrangeiro**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1976;

BEVILACQUA, Joaquim. **Réquiem a JK (12-9-1902 – 22-8-1976)**. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. 1976;

BEVILACQUA, Joaquim. **Temas de uma luta**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1976;

BEVILACQUA, Joaquim. **Debate com o Ministro da Fazenda**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1977;

BEVILACQUA, Joaquim. **A verdade sobre a reforma do Judiciário**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Câmara dos Deputados. 1977;

BEVILACQUA, Joaquim. **Principais propostas, emendas e discursos**. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal. Assembléia Nacional Constituinte. 1988.

Cronograma

23/03/2008: Início das pesquisas;

31/03/2008: Início dos fichamentos;

16/04/2008: Viagem à Brasília para pesquisa no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI);

05/05/2008: Entrega dos fichamentos;

02/06/2008: Apresentação do pré-projeto;

23/06/2008: Entrega do projeto;

14/07/2008: Início do desenvolvimento do TCC;

17/09/2008: Indicação da Banca pelos alunos e professores;

22/10/2008: Composição da Banca Oral;

19/11/2008: Entrega do TCC;

11 e 12/12/2008: Apresentação oral;

15/12/2008: Entrega do TCC reformulado.